

"REVITALIZAÇÃO DA SOCIEDADE  
PELA RAÍZ DEMOCRÁTICA"

• treinista

• "Jornal de Notícias"

• jornalista: Joaquim  
Hilgo



24 Março '83

MARIA DE LOURDES PINTASILGO

*Ambassadeur du Portugal*

*auprès de l'Unesco*

Fundação Cuidar o Futuro



A conversa flui fácil com Maria de Lurdes Pintasilgo, uma engenheira que já foi primeiro-ministro num Governo deste país, que é conselheira pessoal do presidente da República, que ganhou prestígio além-fronteiras, por exemplo em organizações da ONU, que «esta» num movimento chamado «Rede de Mulheres», que surgiu agora entre os primeiros responsáveis de um documento «Para o aprofundamento da Democracia». Uma mulher que não parou — e não para.

Lurdes Pintasilgo destacou-se, por exemplo, por um discurso algo fora das normas habituais do esquema político — afinal, o sintoma de que o seu pensamento é projecto não se ficava pelo esquema político. Social era — é — talvez a palavra mais certa, com tudo o que arrasta.

Aliás, o «tecido social», com suas «malhas», seus «laços», suas «redes», não parece mera forma num falar que se quer diferente, novo.

Porque é isto e é aquilo, isto faz e aquilo pensa, Lurdes Pintasilgo divide opiniões. Também porque é mulher, também porque foi poder. E porque não se sabe o que será.

Há dias, veio ao Porto falar para a «Rede de Mulheres». Contudo, quis desde logo em cima da mesma mesa o «documento dos 199», referência obrigatória no seu tempo de agora e de amanhã. De uma coisa e de outra falou ao JN. A conversa fluiu fácil, mesmo que não tenha caminhado todos os caminhos. Ficou ainda por dizer. Do que se disse, aqui fica.

«Rede de Mulheres»: a palavra sugere um certo tom «subterrâneo», de infiltração. A própria actividade do movimento foi até há pouco quase invisível. O que é a Rede e em que fase está?

«Nos contactos que fiz pelo país, quer



quando estive no Governo, quer depois, conheci bastante e verifiquei que muitas mulheres não só sentiam um profundo empenhamento na transformação da sociedade como tinham uma capacidade, a meu ver rara, de ligar a mudança da sociedade com a mudança das suas próprias vidas, e extrapolar dos seus problemas para os problemas sociais. Esta característica, que é uma aspiração fundamental dos movimentos de mulheres, encontrei-a aqui em Portugal, nas mulheres, num estado espontâneo, ainda não gasta, nem por uma «slogunização» das coisas, nem por um fechamento dentro de fronteiras muito categorizadas.

«O aspecto «subterrâneo» é talvez menos importante do que a ideia da revitalização do tecido social. É através da construção de laços, de malhas de redes (já está a palavra) que o tecido social se pode tornar mais rico e mais forte para resistir aos embates do Estado».

«Com uma dúzia de mulheres na arrancada, a «Rede» foi-se desenvolvendo na base do «passar palavra», num espírito descentralizado. Segundo Lurdes Pintasilgo, é fundamental que cada distrito se vá autogerindo. Daí que o movimento seja hoje forte em meia dúzia de distritos, difuso noutros e nem sequer incipiente nuns tantos. Organização, tem alguma, quer na coordenação distrital, quer em contactos habituais à escala nacional. Mas Lurdes Pintasilgo, e ela é a entrevistada, aceita que a «Rede» «não esgota as várias formas de intervenção» que se propôs no país. Estamos quase já no «documento dos 199»...»

### «Muitos fios se cruzaram para a génese do documento»

«Dado que a «Rede de Mulheres» tem a ver com um aspecto parcelar da sociedade, até que ponto é que o documento «Para o aprofundamento da Democracia» aparece como lugar de convergência desse com outros movimentos parcelares, de modo a intervir já ao nível da sociedade como um todo?»

«Sim, esse é um aspecto fundamental. Mas o documento, onde «está» também a «Rede das Mulheres», teve uma génese bastante mais alargada e um processo longo. Tem que ver também com uma outra iniciativa a que chamámos «Plataforma intergrupos» e ainda com um grupo de umas 10 pessoas, onde a componente política é determinante, com quem há mais de um ano vinha reflectindo, já na percepção de que o impasse estaria no horizonte próximo. Muitos fios se cruzaram simultaneamente para a génese do documento».

«A «Plataforma intergrupos» consistiu numas cinco reuniões, realizadas em Coimbra, e por onde passou uma centena de grupos: ligados à cultura, ao teatro de amadores, à alfabetização, à ecologia, aos sindicatos, à comunicação social, às empresas em autogestão, aos movimentos de mulheres, a cristãos empenhados, etc... O «ponto de contacto» desta «plataforma muito fluida» era «uma prática social efectiva que, atacando embora um aspecto parcelar, ao mesmo tempo apontava para a globalização desse problema». Grupos que sublinhavam: «Os valores que queremos no termo são os valores que têm que estar ao longo do processo». Comenta Lurdes Pintasilgo que «isto só é, em si, uma revolução».

«E a componente mais política, pois o produto final é claramente político, veio do outro pequeno grupo?»

«Sim, nesse pequeno grupo a componente política era fundamental. Juntávamos-nos para equacionar os problemas que entendíamos necessários para uma alternativa. Mas mesmo na «Plataforma intergrupos», virada para a revitalização do tecido social e não para a superestrutura política, como eu sempre frisava, mesmo aí se passava com frequência do social ao político».

«Por um lado, muita daquela gente tinha estado profundamente empenhada no trabalho social após o 25 de Abril, numa altura em que os protagonistas do poder político estavam muito próximos do povo. Por outro lado, os constantes sobressaltos da superestrutura portuguesa, fosse pelas demissões, fosse pelos problemas nos partidos, tudo isso deixava a dúvida sobre se não seria necessário intervir também a esse nível».

«E foi assim que, «sobretudo após a demissão do primeiro-ministro», se chegou à constatação de que «é preciso dizer qualquer coisa ao país», não estando em causa qualquer programa político — «embora muitas pessoas tenham já uma visão bem elaborada e inovadora sobre coisas concretas que

LURDES PINTASILGO AO JN

# REVITALIZAÇÃO DA SOCIEDADE PELA RAIZ DEMOCRÁTICA

Por JOAQUIM FIDALGO (texto) e HAMILTON SEIXAS (fotos)

zada na vida política. Essa intervenção será sempre exterior ao sistema político, à estrutura do poder?»

«Bem, o sistema não é também a sociedade? Mesmo utilizando «sistema» apenas querendo dizer a organização do poder político, mesmo aí, há um artigo da Constituição que tem estado completamente esquecido. Diz ele que a participação directa e activa dos cidadãos na vida política é condição e instrumento fundamental da consolidação da própria democracia. Portanto — e neste momento a intensão é claramente essa —, mesmo que a nossa acção permaneça com características eminentemente cívicas, sem intervir nas estruturas do poder da democracia representativa, é natural que tenhamos de encontrar formas para uma expressão dessa participação directa que o artigo 112 da Constituição aponta, e que até agora não teve realização concreta entre nós».

«Lurdes Pintasilgo não avança muito mais na concretização dessas formas organizadas, até porque não sabe ainda quanta gente se empenhará na proposta e como o processo se desenrolará. Claro parece, entretanto, que os subscritores do documento apostam na intervenção ao nível da democracia directa e não ao nível da democracia representativa».

«Esta ideia é comum aos 199? Não admite que, quando se chegar a esse ponto (sensível, pois tem a ver com a possibilidade de exercício do poder), surjam clivagens importantes?»

«Admito perfeitamente. Agora, o documento é bem claro, os signatários são suficientes e o texto é claro, ninguém o assinou de forma leviana. Há aqui um entendimento de uma forma específica de intervenção cívica que é normal em qualquer democracia (veja-se os Estados Unidos, a Inglaterra, os países escandinavos). Nós é que temos estado com a democracia concentrada nos partidos políticos e, daí, surgirem logo as questões de se isto não vai conduzir a uma forma idêntica às que conhecemos».

«O que está em causa, para nós, não é completar o espectro partidário, é completar a forma como funciona a estrutura partidária, é completar o exercício da democracia. Não podemos ficar-nos em Portugal, como aconteceu com a I República, numa expressão meramente de democracia representativa parlamentar, que na sua exclusividade foi típica de um certo período da História. Apontamos para formas complementares da democracia, como a própria Constituição nos faz imperativo (é ao mesmo tempo direito e dever)».

### «Não é um «abrenúncio» em relação aos partidos»

«O documento surge bastante por reacção às insuficiências de um sistema de poder político algo fechado. Ora não é muito crível que o movimento crítico daquele sistema fique sempre «por fora», desenvolvendo-se em paralelo, enquanto o próprio sistema (a superestrutura) vai desenvolvendo também o seu caminho. Chegará decerto a tentação de intervir mais directamente naquela estrutura que se critica, e não ficar apenas

como uma «consciência crítica» sempre marginal. Ou o problema de fundo continuará a arrastar-se...»

«A observação é pertinente e quero responder com toda a clareza. Muitos dos signatários, e o próprio documento, não invalidam a possibilidade de as pessoas para isso vocacionadas terem uma intervenção ao nível da superestrutura. Este não é um acto de «abrenúncio» em relação a partidos políticos ou às instâncias de poder político. O que acontece é que, não recusando de modo nenhum a estrutura institucional do «sistema», neste momento não é essa a nossa preocupação dominante. Quanto ao futuro, insisto nas duas vertentes da democracia — representativa e directa — cabendo agora à nossa prática e ao nosso espírito criador encontrar as possibilidades de articulação entre as duas».

«Houve, depois, oportunidade para Lurdes Pintasilgo reforçar que o «movimento» preencherá, não um espaço deixado vago no espectro partidário, mas «um espaço que de certo modo os toca a todos». Não vê que, por isso, ele possa vir a ser politicamente hegemónico no país, pois «embora esse espaço transversal seja um espaço total, não entra na esfera específica dos partidos», que ocupam espaços verticais. Lembra que «existe sempre, até na vida das pessoas, esta clivagem clara: em determinado momento, é a estrutura vertical que parece mais importante — seja, o espaço de actuação política mais imediata, ao nível da superestrutura de poder —, e «noutros momentos interessa mais a estrutura horizontal», que tem mais a ver com o social, com o trabalho de base, com a «revitalização da sociedade».

«Antes do fim, falou-se ainda de Eanes, das ligações.»

### «Documento é autónomo relativamente a Eanes»

«Crítico a fulanização da política e a introdução, especialmente no vocabulário da relação de forças, da palavra eanismo. Eu não sei o que é isso, realmente não sei. Se me diz que muitos dos aspectos do documento foram por mim já defendidos publicamente durante, por exemplo, a campanha de recandidatura do presidente Eanes...»

«E pelo próprio presidente Eanes, aliás».

«Exacto, só os pus na minha boca para assumir a inteira responsabilidade e identificação de dois momentos completamente diferentes. Mas dizia que há, de facto, nesses aspectos, uma convergência. Simplesmente, isso de modo nenhum impede que o documento seja autónomo relativamente ao general Eanes. Neste momento, não posso deduzir que daqui surgirá uma organização à volta do general Eanes. O que posso deduzir, apenas, é que sairá qualquer coisa no sentido de afirmar que a democracia não se esgota na vida que temos tido até agora e, sobretudo, na sua vertente parlamentar».